

Partilha de bens e questões morais

MÁRIO MARCELO COELHO¹

Resumo: O compromisso com o dízimo é a expressão concreta da partilha dos bens. Só quem é capaz de partilhar de si e dos seus bens pode compreender o significado do dízimo. A partilha dos bens perpassa toda a Bíblia. Os profetas anunciam que o jejum que agrada a Deus consiste em ajudar os pobres, viúvas e os necessitados. Jesus partilha e multiplica os pães e elogia quem oferece com alegria. Os primeiros cristãos partiam os bens e o pão. Paulo elogia as comunidades que ajudam os pobres. Na tradição da Igreja a partilha, solidariedade, caridade sempre foram elogiadas. A teologia moral, através do pensamento so-

-
1. Mestre em zootecnia pela Universidade Federal de Lavras/MG, Pe. Mário Marcelo Coelho, scj, é também licenciado em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque/SC e bacharel em Teologia pela PUC-RJ, Mestre em Teologia Prática pelo Centro Universitário Assunção (SP) e Doutor em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana de Roma/Itália. Autor e assessor na área da Bioética e da Teologia Moral; além de professor da Faculdade Dehoniana em Taubaté/SP. Membro da Sociedade Brasileira de Teologia Moral e da Sociedade Brasileira de Bioética.

cial da Igreja, é chamada a dar resposta autêntica e original aos problemas sociais que encontra no caminho da história da salvação.

Palavras-chave: dízimo; partilha de bens; caridade; teologia moral; pobres.

Abstract: The commitment with tithe is a concrete expression of sharing our goods. Only those who are ready to share from themselves and their goods are able to understand the real meaning of tithe. The sharing of goods and fruits of human work we can see present through the entire Bible. The prophets announced that the fasting who pleases to God is the readiness in helping the poor, widows and the needy. Jesus shares and multiplies loaves and he praises those who offer with joy. The early Christians shared goods and bread; Paul praises the communities who helped the poor; in the Church's tradition the sharing, solidarity and charity were always appreciated. The Moral Theology, in his Social Teaching of the Church, calls us to give an authentic and original response on social problems in the path of our history of salvation.

Keywords: tithe; sharing of goods; charity; moral theology; poor.

Introdução

O modo de compreender o dízimo deve passar pelo que diz a Palavra de Deus a respeito da partilha, pois, nos Atos dos Apóstolos conhecemos a partilha dos bens e não o dízimo: “Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um. Unidos de coração frequentavam todos os dias o templo. Partiam o pão nas casas e tomavam a comida com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e cativando a simpatia de todo o povo. E o Senhor cada dia lhes ajuntava outros que estavam a caminho da salvação” (At 2,44-47). O capítulo 4 do livro dos Atos dos Apóstolos narra a experiência das primeiras comunidades cristãs. O texto bíblico afirma que os cristãos tinham tudo em comum, dividiam seus bens com alegria e eram um só coração e uma só alma. “Todos os fiéis, unidos, tinham tudo em comum; vendiam as propriedades e os seus bens e dividiam o preço entre todos, segundo as necessidades de cada um” (At 4,32-34).

O dízimo no Novo Testamento é partilha: dar-se a Deus e aos irmãos. Não consiste simplesmente em dar a percentagem certa ou

exigida ou mesmo até tudo, mas é primeiro dar-se a Deus. Para quem se deu a Deus, partilhar com os irmãos é consequência.

O verbo “partilhar” refere-se à ação de distribuir, repartir ou dividir algo em várias partes. Desta forma, é possível desfrutar em comum de um determinado recurso ou espaço. Partilha é a operação que consiste em dividir em partes; repartição. Ato de dividir em partes ou porções. Portanto, partilhar é o comportamento capaz de dividir em várias partes algo que me pertence. O gesto de partilha exige gratuidade, conhecimento social, desprendimento de si, capacidade de abrir-se ao outro, alteridade.

A questão social pertence à teologia e à teologia moral. Na expressão “Doutrina Social da Igreja” o adjetivo social assume diversos significados. Porém, hoje assume um significado muito amplo, englobando tudo o que diz respeito a cada tipo de relação entre as pessoas ao interno da sociedade, como solidariedade, caridade, fraternidade, partilha dos bens etc. O pensamento social ao interno da Igreja tem como fonte a Revelação e a razão, por isto, através deste pensamento, os cristãos têm vivido seus compromissos em servir a humanidade com a partilha dos seus bens. Na Doutrina Social da Igreja percebe-se a séria intenção de uma reflexão teológica sobre a responsabilidade de cada cristão de um compromisso com a sociedade. O cristão se sente provocado, interrogado a partir da realidade e assume, na reflexão, a racionalidade proveniente do conhecimento humano da ciência e da técnica; o conteúdo da teologia social não no sentido abstrato, fora do tempo e da realidade, mas age sobre a problematicidade da realidade histórica e concreta. As ciências do social oferecem um importante ponto de partida, mas é só no seio da Igreja que se desenvolve uma verdadeira teologia da doutrina, ressaltando a dimensão social da ação do cristão.

As ciências do social revelam o verdadeiro nível social dos problemas, as macroestruturas. Através desta consciência que o ser humano passa a se responsabilizar a si próprio por grande parte de males que afetam a humanidade. Hoje, com o sempre maior domínio da técnica, vai se desenvolvendo em todos a convicção de que somos exatamente nós que fazemos nossa história, no sentido amplo da palavra.

O pensamento social da Igreja não é somente a formulação dos conteúdos morais. É ao mesmo tempo um evento eclesial. Nisso se

manifesta e se constitui um determinado modelo de Igreja. O caminho da humanidade, no horizonte da ética da solidariedade, será mais lento, mas será um caminho para todos; realizará um progresso que não deixa para trás nenhum indivíduo ou povo.

Para a fundamentação da responsabilidade social do cristão, a perspectiva bíblico-teológica indica o princípio ou categoria fundante e unificante do pensamento social da Igreja. O princípio fundamental é a ideia e a realidade da pessoa “imagem de Deus”, e da sociedade, como comunidade de pessoas. Nisto consiste a dignidade da pessoa.

Em outras palavras, a dignidade da pessoa é o princípio em nome do qual e a partir do qual são formulados os juízes e os critérios de avaliação dos fatos sociais, e são indicativos diretivos para o agir social. A Igreja, portanto, em nome do seu “humanismo”, da sua concepção de “civilização do amor”, da “opção pelos pobres”, deverá colocar-se, em cada lugar e tempo, em atitude de anúncio-denúncia de ideologias, sistemas, e instituições que negam, manipulam, reduzem a pessoa e propor uma ação caracterizada pela partilha e solidariedade nos bens.

O pensamento social da Igreja é chamado a dar resposta autêntica e original aos problemas sociais que encontra no caminho da história da salvação. A Igreja, todavia, não tem nenhuma intenção de propor uma “análise sociopolítica”² como tal, e afirma que “não tem uma solução técnica para oferecer”.³ “As questões que estão à nossa frente são antes de tudo morais”, e é sobre estas questões que a Igreja é especialista. Por este motivo o Papa João Paulo II afirmou que o ensinamento social, “pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral”.⁴

O Papa João Paulo II define seu ensinamento como uma “força de apelo à consciência”⁵, e é de tudo explícito que “o primeiro e

2. JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica Sollicitudo rei socialis* do Sumo Pontífice João Paulo II pelo vigésimo aniversário da encíclica *Populorum Progressio*, 1989, n. 36. A partir daqui: SRS.

3. SRS 41.

4. SRS 41.

5. SRS 4.

maior trabalho realiza-se no coração do homem”.⁶ O Papa repete o ensinamento de Paulo VI “porque toca diretamente a consciência, que é fonte de decisão moral”.⁷ Portanto, a solução ao problema de aplicar os princípios do ensinamento da Igreja sobre questões sociais reside na consciência. É através da consciência que o ensinamento social da Igreja pode ser aplicado e colocado em prática. Para a consciência cristã de todos os tempos “caridade” é a exigência máxima (Mc 12,28-31), pois nela se resume toda lei (Rm 13,10)⁸.

Coerentemente com a fé que professam, os cristãos e a Igreja são chamados a cultivar “uma cultura do social”, “da partilha dos bens” a fé não pode ser uma concessão privada, ou seja, vivida somente no individual. A formação para o social, a partilha, deve ser a mais cultivada em nossas comunidades cristãs.

Neste artigo queremos aprofundar a partilha de bens materiais como gesto cristão capaz de superar o egoísmo e individualismo, olhar para o outro, estender a mão como alguém que se oferece e oferece parte dos seus bens. A presente reflexão examina a aplicação concreta da partilha dos bens a partir da Teologia Moral, com particular referimento às questões concernentes ao dízimo.

A solidariedade: princípio básico da partilha dos bens e convivência

O princípio da solidariedade não é novo na Doutrina Social da Igreja e nem mesmo na doutrina social leiga, é, antes, um novo significado, a validade e amplitude atual. O princípio da solidariedade é ontológico e ético ao mesmo tempo, “determinam o comportamento de cada homem naquilo que diz respeito a si mesmo e nas relações com o próximo, com as comunidades humanas, mesmo as mais distantes, e com a natureza”.⁹ A solidariedade é uma palavra

6. JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica Centesimus annus no centenário da Rerum novarum*, 1991, n. 55. A partir daqui: CA.

7. SRS 9.

8. Marciano VIDAL, *Moral de atitudes*, 1979, p. 77.

9. SRS 38.

muito forte. Exige, em negativo, que nenhuma pessoa ou grupo humano, progrida às custas e prejuízos do outro indivíduo ou povos; em positivo, exige que a busca do próprio bem-estar se realiza com o bem do outro (indivíduo e povos). Se desejamos construir a paz social, onde quer que seja, é necessário passar do “cada um por si” (indivíduo e povo) para “cada um por todos”.

O bem comum, categoria básica da doutrina social cristã, deve ser repensado e determinado dentro da perspectiva da solidariedade particular, em nível familiar, comunidade, bem como, em nível internacional. A mensagem bíblica sobre a dimensão ética da caridade sempre foi aceita e acolhida com fidelidade e desenvolvida com amplitude e profundidade na tradição teológica moral.

A conversão da sociedade rica para a cultura e ética da solidariedade conduz a sociedade a uma dúplice e convergente perspectiva: a justiça e a felicidade. Um futuro humano mais justo e feliz para todos e para todos os povos, para as atuais gerações e futuras, se fundamenta em uma solidariedade que se adquire, em teoria e na prática, no exercício do olhar voltado para as necessidades do outro. Afirma o Papa Francisco: “Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres”.¹⁰

Caridade: exigência religiosa-moral

A moral bíblica, sobretudo a neotestamentária, tem na caridade uma de suas veias principais. As exigências religioso-morais da mensagem de Jesus se unificam no preceito fundamental do amor a Deus e ao próximo. Síntese aceita pelas primeiras comunidades cristãs e desenvolvida pela reflexão teológica, sobretudo, de João.¹¹

10. FRANCISCO, *Carta encíclica Laudato si' sobre o cuidado da casa comum*, 2015, n. 158. A partir daqui: LS.

11. Cf. Marciano VIDAL, *Moral de atitudes*, 1979, p. 77-78.

O tema da caridade esteve sempre presente nas comunidades cristãs como sinal concreto da autenticidade cristã, do testemunho evangélico, todo apostolado é fundado no amor a Deus e aos irmãos. Fomos criados à “imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,26), “Deus é amor” (1Jo 4,8.16), somos criaturas à imagem e semelhança do amor, esta é a finalidade da nossa criação e só nos realizamos neste amor.

Na caridade, tal como aparece na Sagrada Escritura e na tradição teológica, expressa-se coerentemente a síntese que é própria do *ethos* cristão: de uma parte aparece a “normatividade concreta” através do amor ao próximo; de outra parte, afirma-se o “elemento metaético” através do amor a Deus. A formulação evangélica da caridade contém de um modo maravilhoso a integração dos dois elementos próprios de todo *ethos* religioso (Mc 12,28-34; Mt 22,34-40; Lc 10,25ss.). A autêntica intenção de Jesus tem que ser situada na conexão dos dois preceitos e na relação que se estabelece entre eles. Conforme a vontade de Jesus o amor de Deus deve exteriorizar-se e provar-se no amor ao próximo, igualmente obrigatório e necessário (Mt 22,39); enquanto que o amor ao próximo, por sua parte, tem no amor a Deus o seu fundamento sustentador.¹²

Mediante a categoria teológica da Caridade, expressa-se adequadamente a união entre “religião e moral”. Na história da moral e na história das religiões existe um problema na hora de integrar as duas atitudes básicas do religioso e do moral. O *ethos* cristão é um *ethos* religioso e enquanto tal tem que integrar as duas atitudes. O crer não é redutível ao empenho ético. Mas, por outra parte, não tem sentido uma fé que não traz consigo uma série de decisões empenhativas. Para um cristão não tem sentido nem o “moralismo” esvaziado e esvaziador do religioso nem o “supranaturalismo” esvaziado e esvaziador do moral. Onde se encontra o equilíbrio? Na aceitação da peculiar função da atitude e do valor morais. A atitude moral para o cristão brota da vivência religiosa e ao mesmo tempo, serve de mediação entre fé e o compromisso.¹³

Esta peculiaridade do *ethos* cristão fica suficientemente expressa através da caridade. De um lado a caridade impede que a “atitude

12. Cf. *ibidem*, p. 81.

13. Cf. *Ibidem*, p. 81-82.

religiosa” desemboque numa piedade meramente cultual sem empenhos intramundanos; do outro lado faz com que a “atitude moral” não degenerem em moralismo legalista. A caridade desperta continuamente a fé de seu “sonho dogmático” e de seu “misticismo autogratiificante” para lançá-la no grande campo do amor ao próximo. Mas estimula também o compromisso moral dos cristãos para que eles vão além do legalismo.¹⁴ “A caridade é, portanto, a atitude fundamental do *ethos* cristão”.¹⁵

Conforme o Magistério Católico, a caridade se define como a virtude teologal que consiste no amor perfeito e total, pelo qual amamos a Deus em si mesmo e por si mesmo e amamos o próximo em Deus e por causa de Deus.¹⁶ Aqui entendemos que a caridade é divina, dom divino e virtude divina. Graça divina que nos leva a amar, dom divino, que nos faz dar-nos, a exemplo de Deus. Ela se define, portanto, como virtude teologal que retifica, confirma, universaliza e diviniza nossa capacidade de amar e partilhar. Ela leva nosso ser de criatura a amar a Deus seu Criador e aos outros nossos irmãos. Pela criação e pela graça, Deus nos torna participantes de sua perfeição, de sua amabilidade e de seu amor divino. A caridade nos faz imitar o amor criador e santificador de Deus. Ela nos leva a amar o próximo.

O amor do homem ao próximo aparece no Levítico: “Amarás teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19,18). O amor aos pobres e aos necessitados (Ex 23,6; Lv 19,10.15; 25,5-6.35; Dt 15,7-8; 24,10-13 etc.), ao estrangeiro (Ex 22,21; 23,9; Lv 19,33-34; Nm 19,29), aos órfãos e às viúvas (Ex 22,21-27; Dt 10,18; 15,7; 16,11 etc.), como forma concreta de expressão deste amor ao outro.

No hino da caridade (cf. 1 Cor 13), Paulo revela a excelência, o primado da caridade, que o amor (agápe-caridade) é o sentido de todas as ações, sem a caridade, até os valores mais elevados da vida cristã perdem a autenticidade. O autor descreve as aplicações concretas da caridade. A caridade é apresentada como caminho necessário para chegar a Deus “Mostrar-vos-ei um caminho muito superior”

14. Cf. *Ibidem*, p. 82.

15. *Ibidem*, p. 83.

16. Cf. CATECISMO da Igreja Católica, 1993, n. 1822s. A partir daqui: CAT.

(1Cor12,31). A caridade é uma realidade escatológica definitiva, “não passará jamais”, não tem imperfeição em si mesma, é a mais excelente das virtudes teologais e a perfeição da vida cristã.

Tiago destaca o fato de que o amor é a lei do novo reino (Tg 2,8), deduzindo daí toda uma série de deveres práticos: não desprezar o pobre (Tg 2,5-6), vestir os nus e dar de comer aos que não têm (Tg 2,15-16), dar ao operário seu justo salário (Tg 5,1ss etc.). Nas cartas de Pedro a exortação à caridade fraterna encontra aplicação sobretudo em relação aos ultrajes a que pode ver-se submetido o crente por sua fidelidade a Cristo (1Pd 38-9).

O amor fraterno como opção fundamental por Deus

“Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, é semelhante a este: amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mt 22,37-40).

Na frase acima revela as três direções do amor, mas uma única fonte, o amor a Deus, o amor ao próximo e o amor a ti mesmo. Como afirmamos anteriormente, amamos a Deus por causa de Deus mesmo e ao próximo e a nós mesmos por causa de Deus.

São inseparáveis o amor a Deus e a si mesmo. Aqui entra a autoestima, o aceitar-se, valorizar-se como pessoa imagem e semelhança de Deus, respeitar-se em sua própria dignidade, preservar-se no “corpo e na alma” etc. O ser humano precisa trabalhar os sentimentos não bons e que destroem a pessoa; trabalhar o egoísmo, a malícia, o rancor, os pecados. Mas ao mesmo tempo cultivar os bons sentimentos e que constroem a pessoa, a alteridade, a partilha, a caridade, o respeito, a acolhida, a solidariedade, o amor, amar a Deus nosso Pai, só então podemos amar-nos como Deus nos ama.

O amor a Deus se prolonga no amor ao próximo e é condição para permanecer em Deus. Aquele que permanece no amor, permanece em Deus e Deus permanece nele (cf. 1Jo 4,16). Quem vive um amor ao próximo ama a Deus (cf. Jo 15), porém, não se permanece

no amor de Cristo, sem produzir frutos na justiça e na caridade. Karl Rahner conclui que amar verdadeiramente o próximo é viver uma opção fundamental por Deus (ao menos implicitamente). No Evangelho de João (Jo 10,17), lemos: “O Pai me ama, porque eu dou a minha vida, para a retomar em seguida”. O discipulado só é possível como vida em Cristo, mediante o qual participamos de seu amor. Não é possível ser discípulo de Jesus, ou seja, um com ele sem sermos um entre nós. Este é o sinal da credibilidade (Jo 17,20-23): “... para que o mundo creia...”.

A caridade vivenciada como Amor de benevolência, visa sempre o bem do outro que é amado, estimado como pessoa, como sujeito, como fim em si mesmo. É um amor puro e gratuito a exemplo da caridade de Deus para conosco, inteiramente puro e oblato.

A caridade exige a prática da justiça, da partilha, da solidariedade como garantia da promoção do bem do outro. A caridade contém a força transformadora da sociedade, como convém a essa virtude, resgatando a dignidade da pessoa, a promoção do bem como forma de perfeição. O amor ilumina e informa nossas ações e valores. A exigência primordial da caridade foi proclamada como a urgência de se criar uma forma autêntica de sociedade, baseada na liberdade, na justiça e na solidariedade para todos, a começar pelos mais pobres. É assim que construiremos a “civilização do amor”!

Caridade, bem comum e partilha de bens

O princípio da criação está estritamente ligado com a destinação universal dos bens. A Carta encíclica *Sollicitudo rei socialis* do Sumo Pontífice João Paulo II julga uma ofensa ao Criador o acúmulo e apropriação dos bens por alguns, indivíduos ou nações, em prejuízo e sofrimento de outros. O princípio da destinação universal dos bens não dita as modalidades concretas ou estratégias socioeconômicas, mas atinge a consciência em grau de mover e guiar as ações concretas dos indivíduos e nações.

Amar alguém é querer o seu bem e trabalhar eficazmente pelo mesmo. Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas: o bem comum. É o bem daquele “nós-todos”, for-

mado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. Não é um bem procurado por si mesmo, mas para as pessoas que fazem parte da comunidade social e que, só nela, podem realmente e com maior eficácia obter o próprio bem. Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência de justiça e de caridade. Comprometer-se pelo bem comum é, por um lado, cuidar e, por outro, valer-se daquele conjunto de instituições que estruturam jurídica, civil, política e culturalmente a vida social, que deste modo toma a forma de *pólis*, cidade. Ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum que dê resposta também às suas necessidades reais. Todo o cristão é chamado a esta partilha, conforme a sua vocação e segundo as possibilidades que tem de incidência na *pólis*. Este é o caminho institucional — podemos mesmo dizer político — da caridade, não menos qualificado e incisivo do que o é a caridade que vai diretamente ao encontro do próximo, fora das mediações institucionais da *pólis*. Quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior à do empenho simplesmente secular e político. A ação do homem sobre a terra, quando é inspirada e sustentada pela caridade, contribui para a edificação daquela cidade universal de Deus que é a meta para onde caminha a história da família humana.¹⁷

No Novo Testamento o díizimo está na linha da coerência de vida e na direção da justiça, da misericórdia e da caridade. “Como está escrito: Espalhou, deu aos pobres, a sua justiça subsiste para sempre. Aquele que dá a semente ao semeador e o pão para comer, vos dará rica sementeira e aumentará os frutos da vossa justiça. Assim, enriquecidos em todas as coisas, podereis exercer toda espécie de generosidade que, por nosso intermédio, será ocasião de agradecer a Deus. Realmente, o serviço desta obra de caridade não só provê as necessidades dos irmãos, mas é também uma abundante fonte de ações de graças a Deus. Pois, ao reconhecer a experimentada virtude que esta assistência revela da vossa parte, eles glorificam a Deus pela obediência que professais relativamente ao Evangelho de Cristo e pela generosidade (compartilhar seus bens) de vossas esmolas em favor deles e em favor de todos. Além disso, eles oram por vós e vos dedicam a mais

17. Cf. Marciano VIDAL, *op. cit.*, p. 7.

terna afeição em vista da eminente graça que Deus vos fez. Graças sejam dadas a Deus pelo seu dom inefável!” (2Cor 9,9-15).

Percebemos neste ato de caridade uma ação de graças a Deus pelas bênçãos recebidas e, também, um ato de partilha em que supre a necessidade dos irmãos mais necessitados, obedecendo às palavras de Jesus. Aquele que generosamente faz a sua doação com alegria, sabedor que é do agrado de Deus esta partilha, manifesta seu louvor e gratidão a Deus pelas bênçãos recebidas, pois este ato de partilha é reconhecido por Deus. A alegria de doar é sempre importante por ser a partilha movida pela gratidão a Deus e pelo amor ao próximo e não um ato meramente mecânico, impulsionado pela obrigação de obedecer a Deus, mas vazio de fraternidade.

Partilha dos bens e o dízimo

Não encontramos a palavra dízimo nem no Catecismo da Igreja Católica, nem no Código de Direito Canônico. É interessante notar o que o Código no cânon 222 diz: “Os fiéis têm obrigação de socorrer às necessidades da Igreja, a fim de que ela possa dispor do que é necessário para o culto divino, para as obras de apostolado e de caridade e para o honesto sustento dos ministros”.

No cânon 1262 diz: “Os fiéis concorram para as necessidades da Igreja com as contribuições que lhes forem solicitadas e segundo as normas fixadas pela Conferência dos Bispos”. É responsabilidade de todos os fiéis o atendimento das diversas necessidades de tantos irmãos e irmãs, também em suas necessidades econômicas.

É da responsabilidade dos fiéis a sustentação das obras de apostolado e as obras sociais (a caridade) da Igreja. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no Documento n. 100¹⁸, insiste na administração paroquial também das ofertas e campanhas no sentido de partilha como sinal da comunhão de bens. Os bispos insistem que “a implantação do dízimo garanta o seu sentido comunitário: ‘Deus ama a quem dá com alegria’ (2Cor 9,7). É a alegria de doar com liberdade e consciência de ser um sinal de partilha. Evite-se,

18. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia* — Doc. 100, 2014, n. 287-288.

entretanto, o sentido de taxa ou mensalidade e a ideia de retribuição, segundo a qual é preciso doar para receber a bênção”.

“Jesus assume toda a tradição do Antigo Testamento também sobre os bens econômicos, sobre a riqueza e sobre a pobreza, conferindo-lhe uma definitiva clareza e plenitude (cf. Mt 6,24 e 13,22; Lc 6,20-24 e 12,15-21; Rm 14,6-8 e 1Tm 4,4). Ele, doando o Seu Espírito e mudando o coração, vem instaurar o ‘Reino de Deus’, de modo a tornar possível uma nova convivência na justiça, na fraternidade, na solidariedade e na partilha”.¹⁹

A riqueza não é um mal, mas o é quando é obtido com danos e exploração do outro; quando não é usada para fins razoáveis; quando para produzi-la destrói o meio ambiente que é patrimônio de todos; quando se ignora a multidão daqueles que não têm nem mesmo o necessário para viver. São João Paulo II afirma que: “O estado de desigualdade entre os homens e os povos não só perdura, mas até aumenta. Sucede ainda nos nossos dias que, ao lado daqueles que são abastados e vivem na abundância, há outros que vivem na indigência, padecem a miséria e, muitas vezes, até morrem de fome. O número destes últimos atinge dezenas e centenas de milhões”²⁰. A partir desta afirmação cresce em nós a necessidade de promover uma sociedade mais justa, fraterna, solidária com a partilha dos bens.

Os bispos reunidos em Aparecida afirmam que: “Os discípulos e missionários de Cristo promovem uma cultura do compartilhar em todos os níveis, em contraposição à cultura dominante de acumulação egoísta, assumindo com seriedade a virtude da pobreza como estilo de vida sóbrio para ir ao encontro e ajudar as necessidades dos irmãos que vivem na indigência”.²¹

19. PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 2004, n. 325.

20. JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica “Dives in misericordia” do sumo pontífice João Paulo II sobre a misericórdia*, 1980, n. 78. A partir daqui: DM.

21. V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, *Conferência de Aparecida: Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida*, Maio de 2009, n. 540. A partir daqui: DAp.

Conforme a Doutrina Social da Igreja, as riquezas existem para ser partilhadas.

“Os bens, ainda que legitimamente possuídos, mantêm sempre uma destinação universal: é imoral toda a forma de acumulação indébita, porque em aberto contraste com a destinação universal consignada por Deus Criador a todos os bens. A salvação cristã é, efetivamente, uma libertação integral do homem, libertação da necessidade, mas também em relação às próprias posses: ‘O apego ao dinheiro de fato é a raiz de todos os males, pelo seu desejo desenfreado alguns se desviaram da fé’ (1Tm 6,10). Os Padres da Igreja insistem sobre a necessidade da conversão e da transformação das consciências dos fiéis, mais que sobre as exigências de mudança das estruturas sociais e políticas de seu tempo, solicitando a quem desempenha uma atividade econômica e possui bens a considerar-se administradores de quanto Deus lhes confiou”.²²

A mesma doutrina ressalta sobre a função das riquezas.

“As riquezas realizam a sua função de serviço ao homem quando destinadas a produzir benefícios para os outros e a sociedade: ‘Como poderíamos fazer o bem ao próximo — interroga-se Clemente de Alexandria — se todos não possuíssem nada?’. Na visão de São João Crisóstomo, as riquezas pertencem a alguns, para que estes possam adquirir mérito partilhando com os outros. Elas são um bem que vem de Deus: quem o possuir, deve usá-lo e fazê-lo circular, de sorte que também os necessitados possam desfrutar; o mal está no apego desmedido às riquezas, no desejo de açambarcá-las. São Basílio Magno convida os ricos a abrir as portas de seus armazéns e exclama: ‘Um grande rio se derrama, em mil canais, sobre o terreno fértil: de igual modo, por mil vias, tu fazes chegar a riqueza à habitação dos pobres’. A riqueza, explica São Basílio, é como a água que flui mais pura da fonte na medida em que dela se haure com mais frequência, mas que apodrece se a fonte permanece inu-

22. PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, *op. cit.*, n. 328.

tilizada. O rico, dirá mais tarde São Gregório Magno, não é mais que um administrador daquilo que possui; dar o necessário a quem necessita é obra a ser cumprida com humildade, porque os bens não pertencem a quem os distribui. Quem tem as riquezas somente para si não é inocente; dar a quem tem necessidade significa pagar um débito”.²³

“O que, em primeiro lugar, caracteriza um povo é a partilha de vida e de valores, que é fonte de comunhão no âmbito espiritual e moral: É que acima de tudo, há de considerar-se a convivência humana como realidade eminentemente espiritual: como intercomunicação de conhecimentos à luz da verdade, exercício de direitos e cumprimento de deveres”.²⁴ Os bispos latino-americanos e do Caribe reunidos em Aparecida concluem: “Alegra-nos, além disso, o profundo sentimento de solidariedade que caracteriza nossos povos e a prática de compartilhar e de ajuda mútua”.²⁵

Formar na ética cristã que estabelece como desafio a conquista do bem comum, a criação de oportunidades para todos, a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais; é necessário colocar como prioridade a criação de oportunidades econômicas para setores da população tradicionalmente marginalizados, como as mulheres e os jovens, a partir do reconhecimento de sua dignidade. Por isso, é necessário trabalhar por uma cultura da responsabilidade em todo nível que envolva pessoas, empresas, governos e o próprio sistema internacional.²⁶

Palavra revelada e partilha

O texto de 1Rs 17,10-16 apresenta-nos o exemplo de uma mulher pobre de Sarepta, que, apesar da sua pobreza e necessidade, está

23. *Ibidem*, n. 329.

24. *Ibidem*, n. 386.

25. DAp 99.

26. DAp 406b.

disponível para acolher os apelos, os desafios e os dons de Deus e de partilhar até o que lhe faltará. A história dessa viúva que reparte com o profeta os poucos alimentos que tem, garante-nos que a generosidade, a partilha e a solidariedade não empobrecem, mas são geradoras de vida e de vida em abundância. Como afirma o autor bíblico: “Deves dar-lhe, e dar-lhe de bom coração, pois, por causa disso, o Senhor, teu Deus, te abençoará em todos os trabalhos de tuas mãos” (Dt 15,10).

Em vários Profetas do Antigo Testamento, existia uma verdadeira compreensão da dimensão político-social da religião, onde entenderemos a ira dos profetas contra os pecados sociais e a denúncia da violação do direito da justiça. Pregavam a necessidade da percepção da dimensão político-social como constitutivo do caráter religioso. A violação da justiça quebra a Aliança. Esta é a contribuição dos profetas em termos de teologia do pecado.

Existe uma forte condenação aos grupos que separam religião e justiça; religião e vida social: “O jejum que me agrada porventura consiste em o homem mortificar-se por um dia? Curvar a cabeça como um junco, deitar sobre o saco e a cinza? Podeis chamar isso um jejum, um dia agradável ao Senhor? Sabeis qual é o jejum que eu aprecio? — diz o Senhor Deus: É romper as cadeias injustas, desatar as cordas do jugo, mandar embora livres os oprimidos, e quebrar toda espécie de jugo. É repartir seu alimento com o faminto, dar abrigo aos infelizes sem asilo, vestir os maltrapilhos, em lugar de desviar-se de seu semelhante” (Is 58,5-7; Is 1,10-17).

No texto de Levítico celebrava-se o jubileu, um ano de perdão universal, “proclamando na vossa terra a liberdade de todos os que a habitam” (Lv 25,10). Aqueles que cultivavam e guardavam o território deviam partilhar os seus frutos, especialmente com os pobres, as viúvas, os órfãos e os estrangeiros: “Quando procederes à ceifa das vossas terras, não ceifarás as espigas até à extremidade do campo, e não apanharás as espigas caídas. Não rebuscarás também a tua vinha, e não apanharás os bagos caídos. Deixá-los-ás para o pobre e para o estrangeiro” (Lv 19,9-10).

A mística da refeição, conforme o relato da multiplicação dos pães narrado por João 6,1-15, convida, convoca e se coloca na vida do

ser humano como fator determinante de sociabilidade, de valores de partilha e equilíbrios sociais, enfim, de humanização. Nela e com ela aprendemos a acolher o outro como dom. Aprendemos a nos doar, a partilhar, a receber, a escutar e a falar, a contemplar o outro em sua singularidade. A mesa-refeição é também o lugar onde aprendemos e nos comprometemos em partilhar com os outros também o pão de cada dia que garante o sustento, que alimenta o corpo e o social.

Jesus é o primeiro responsável, mas quer partilhar com os seus. Isso exige a participação de todos. Ele toma os pães e dá graças por cinco pães e dois peixes diante de mais de cinco mil pessoas famintas. É a gratidão sobre o pouco que faz o muito. É pouco, mas é dom de Deus, e dom pode-se multiplicar, pois o pão partilhado tem alcance abundante.

O texto da multiplicação dos pães (Mt 15,29-37) nos mostra as necessidades do mundo de hoje, nos sensibiliza para elas e nos pergunta: “Quantos pães tendes?” Pede-nos para pormos à disposição de todos o pouco que temos, pede-nos disponibilidade, para continuar a sua obra de salvação, de libertação.

A multiplicação dos pães quer nos ensinar que se partilharmos ninguém mais vai ter necessidade. Nisso reside o milagre, e não no fato extraordinário da narrativa. A comunidade é chamada a não ficar parada, mas ir além. Deus não quer a pobreza, mas a igualdade social. Um dos grandes males que assola o ser humano é o desejo incontrollável de ter para guardar e ostentar o poder da posse. A felicidade não está no ter, mas no ser e nas relações. O livro do Eclesiastes nos ensina que felicidade é comer e beber, desfrutando do produto de todo o seu trabalho (3,13).²⁷

“Assim que desembarcou, Jesus viu uma grande multidão e, tomado de compaixão, curou seus doentes” (Mt 14,13-21). A notícia da morte de João Batista leva Jesus a afastar-se da multidão, para es-

27. Jacir de Freitas FARIA, *O milagre da partilha dos bens e do amor de Deus: comer sem pagar e dividir os bens! Isso é felicidade!*, Disponível em: <<http://www.bibliaeapocrifos.com.br/roteiros-homileticos/pt-br/ler/147/18-domingo-do-tempo-comum>>. Acessado em: em 21 de janeiro de 2016.

capar à presumível tentativa de O matarem, também a Ele, já alvo de conspiração por parte dos fariseus. Mas, fiel à missão que o Pai Lhe confiou, responde com amor à multidão, que Lhe pede gestos de salvação: cura os doentes, que Lhe são apresentados, e sacia a fome dos que O seguem. A lógica da compaixão que se torna obra de misericórdia. Jesus percebe-os (os discípulos) cansados, convida-os a irem, com Ele, a um lugar deserto, movimento, ou seja, aproxima-se: “Vinde a mim todos os que estais cansados sob o peso do vosso fardo e vos darei descanso (Mt 11,28). É a sensibilidade de Jesus, de quem se compadece: viu uma grande multidão, foi tomado de compaixão, Ele literalmente se comove (Mt 14,14), suas entranhas se comovem, toma pães e peixes, toca, gesto da partilha, onde existe compaixão, há partilha e onde há partilha a vida acontece: “tendo ordenado às multidões que se sentassem sobre a relva (Mt 14,19).

Na passagem da multiplicação dos pães narrada por Marcos, retrata o local que Jesus encontra a multidão como um deserto, porém, a dádiva da compaixão, “Ele foi tomado de compaixão” (Mc 6,34) o “lugar deserto” (Mc 6,31) se torna “grama (relva) verde (vida)” (Mc 6,39). Onde a compaixão está presente o deserto (símbolo de aridez, infecundidade) se transforma em relva (símbolo de vida, de fecundidade). A compaixão é a disposição para sincronizar o nosso coração com o do irmão, sentir o que sente e transformar o que nele é morte em vida. “Graças aos dons e sinais de vida nova que se compartilha; compromete-se na construção de um futuro de maior dignidade e justiça e aspira “os novos céus e a nova terra” que Deus nos prometeu em sua morada eterna”.²⁸

“O homem latino-americano tem uma tendência inata a acolher as pessoas; a partilhar o que tem, a viver a caridade fraterna e o desprendimento (sobretudo no meio dos pobres); a compadecer-se do sofrimento alheio. Valoriza muito os vínculos especiais da amizade oriundos do apadrinhamento, e preza não menos a família e as relações que estabelece”.²⁹

28. DAp 536.

29. DAp 17.

Conclusão

O Papa Francisco ressalta a importância da educação, desde criança e em vários âmbitos, para a solidariedade e partilha:

“Vários são os âmbitos educativos: a escola, a família, os meios de comunicação, a catequese, e outros. Uma boa educação escolar em tenra idade coloca sementes que podem produzir efeitos durante toda a vida. Mas, quero salientar a importância central da família, porque ‘é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida’. Na família, cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, como, por exemplo, o uso correto das coisas, a ordem e a limpeza, o respeito pelo ecossistema local e a proteção de todas as criaturas. A família é o lugar da formação integral, onde se desenvolvem os distintos aspectos, intimamente relacionados entre si, do amadurecimento pessoal. Na família, aprende-se a pedir licença sem servilismo, a dizer ‘obrigado’ como expressão duma sentida avaliação das coisas que recebemos, a dominar a agressividade ou a ganância, e a pedir desculpa quando fazemos algo de mal. Estes pequenos gestos de sincera cortesia ajudam a construir uma cultura da vida compartilhada e do respeito pelo que nos rodeia”.³⁰

A exigência da caridade e partilha dos bens é urgente continua o Papa Francisco: “Não percamos tempo a imaginar os pobres do futuro, é suficiente que recordemos os pobres de hoje, que poucos anos têm para viver nesta terra e não podem continuar a esperar. Por isso, para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração”.³¹

30. LS 213.

31. LS 162.

Jesus não negou o dízimo que era lei para o povo judeu, mas diz: “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Pagais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e desprezais os preceitos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia, a fidelidade. Eis o que era preciso praticar em primeiro lugar, sem contudo deixar o restante. Guias cegos! Filtrais um mosquito e engolis um camelo” (Mt 23,23-24). Paulo escreve aos Coríntios:

Desejamos dar-vos a conhecer, irmãos, a graça que Deus concedeu às igrejas da Macedônia. Em meio a tantas tribulações com que foram provadas, espalharam generosamente e com transbordante alegria, apesar de sua extrema pobreza, os tesouros de sua liberalidade. Sou testemunha de que, segundo as suas forças, e até além dessas forças, contribuíram espontaneamente e nos pediam com muita insistência o favor de poderem se associar neste socorro destinado aos irmãos. E ultrapassaram nossas expectativas. Primeiro deram-se a si mesmos ao Senhor e, depois, a nós, pela vontade de Deus (2Cor 8,1-5).

A força da generosidade que promove a partilha e a solidariedade na vida pessoal e na vida comunitária. Uma força que precisa ser semeada em todos os cantos da nossa sociedade, especialmente nas famílias, nas escolas, nas comunidades cristãs etc. Especialmente nestes ambientes, que são sementeiras indispensáveis na formação de uma sociedade com relacionamentos mais solidários, mais generosos e mais fraternos promovendo a partilha dos bens.

A generosidade é o oposto do egoísmo. Se a pessoa egoísta se caracteriza como alguém que se coloca no centro de tudo e faz de tudo para acumular bens — atitude típica de quem tem a dificuldade de partilhar — a pessoa generosa é aquela que partilha até mesmo aquilo que tem para viver, como elogiava Jesus ao ver o óbolo da viúva (Mc 12,41-44; Lc 21,1-14). A pobreza da viúva era a sua riqueza, graças à sua generosidade em partilhar. Isto vale também para a oferta do dízimo. Ela contribui com a medida da generosidade que, segundo Jesus, oferece daquilo que se tem para viver.

Jesus está no Templo e observa como o dízimo era oferecido: alguns dão somas altas, porque estas não lhe farão falta; até que uma viúva oferece seu dízimo com uma simples moeda. Jesus conclui sua

observação com uma contabilidade estranha aos nossos conceitos: a viúva deu mais que os outros, porque deu com generosidade. Porque colocou a sua própria vida naquela oferta. Isto vale também para a oferta do dízimo; partilhar os bens é também dar-se ao próximo.

Consiste em uma atitude egoísta aquele padre ou pastor que promete recompensas materiais para quem “pagar o dízimo”. Neste caso, do dízimo tratado como “pagamento”, o padre e o pastor tiram a generosidade de partilhar do dízimista e transformam o dízimo em moeda de troca. Ou seja, anulam a generosidade que sempre traz consigo o adjetivo da gratuidade.

A prática da generosidade em nosso meio é uma atividade difícil porque a atual cultura social incentiva demais o egoísmo através das competições profissionais. O jovem é preparado, na escola, não para saber e adquirir valores humanos e sociais, em particular o da partilha, mas para fazer o vestibular, cursar uma boa faculdade e ganhar dinheiro. É preparado, em resumo, não para conviver e partilhar, mas para competir e ganhar. O outro não é irmão ou irmã, é um competidor, concorrente. Na “moral de escolas para vestibular”, quem ganha tem o direito de ficar com os lucros só para si. É a derrota da generosidade e o triunfo do egoísmo e da divisão de classes.

Que nossas ações pastorais, ao menos elas, sejam motivadoras da generosidade da partilha em nosso contexto social, escolar e familiar. Papa Francisco citando o Patriarca Bartolomeu nos propõe “passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha, numa ascese que significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar. É um modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa. É libertação do medo, da avidez, da dependência”.³²

Referências bibliográficas

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes, 1993.
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia — Doc. 100*. São Paulo: Paulinas, 2014.

32. LS 9.

- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida — Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Aparecida/Brasil*. Paulinas/Paulus: São Paulo, 2009.
- FARIA, Frei Jacir de Freitas. *O milagre da partilha dos bens e do amor de Deus: comer sem pagar e dividir os bens! Isso é felicidade!* <<http://www.bibliaeapocrifos.com.br/roteiros-homileticos/pt-br/ler/147/18-domin-go-do-tempo-comum>>. Consultado em 21 de janeiro de 2016.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica “Laudato si”* do santo padre Francisco sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica “Centesimus annus”*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- . *Carta Encíclica “Dives in misericordia”* do sumo pontífice João Paulo II sobre a misericórdia. São Paulo: Paulinas, 1980.
- . *Carta Encíclica “Sollicitudo rei socialis”* do santo padre João Paulo II pelo vigésimo aniversário da encíclica “*Populorum Progressio*”. São Paulo: Paulinas, 1989.
- PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes*. Vol. II. Moral Social. Aparecida: Santuário, 1979.